

O COTIDIANO E O EXTRAORDINÁRIO EM *A MORTE É UMA FESTA*

Raimundo Donato de Prado Ribeiro*

REIS, João José. *A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

João José Reis, doutor em História pela Universidade de Minnesota (EUA) e Professor do Departamento de História da Universidade da Bahia, tem se dedicado a estudos relacionados ao universo cultural afro-brasileiro, presente em: *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*; *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (organizador) e *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (co-autor).

Em *A Morte é uma festa*, Reis transita também por este Universo, mas diferencia-se quanto ao tema abordado - não mais correlato à escravidão - inaugurando, nas palavras da historiadora Laura de Mello e Souza, o estudo das atitudes diante da morte na nossa historiografia.

A obra de Reis tem como referência a destruição do Cemitério do Campo Santo em 1836, que foi construído para abrigar os mortos que até então eram enterrados em igrejas situadas no espaço urbano de Salvador, por uma multidão pluri-classista e multirracial, que via no cemitério recém construído a perda de uma dada ordem e o temor de novos tempos que se avizinhavam, trazendo questionamento a algumas práticas do cotidiano da cidade de Salvador.

Irmandades, associações corporativistas de caráter religioso, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas na hierarquia social,

festas e procissões religiosas eram a maneira mais comum de celebração da vida entre os antigos baianos. Por trás da produção desses eventos estavam as irmandades, que se contavam as centenas. Esse catolicismo lúdico, espetacular, esse catolicismo barroco, seria também principal veículo de celebração da morte. E também aqui o papel das Irmandades

* Professor da UNIMEP e mestrando em História, PUC-SP.

foi enorme, uma vez que um de seus principais objetivos era um funeral digno a seus associados. (p.70)

Ao conceber as produções fúnebres como produções lúdicas, as Irmandades atraíram para si, as críticas do “discurso médico”, que buscava redefinir não só o espaço da religião na vida dos habitantes da cidade, como também, fundamentados na higienização, alterar as relações no cotidiano dos “vivos” e dos “mortos”. Desta forma, trazia a emergência de uma nova concepção do que seria a “Boa Morte”, que naqueles tempos era compreendida como a que não causava surpresas, mas que possibilitava o indivíduo morrer com um plano - Testamento - que norteava a ação dos que ficavam em torno de seus desejos, não só no que concerne aos bens, mas principalmente aos ritos fúnebres desejados, os quais estariam a cargo das Irmandades a que pertenciam os mortos e/ou a família e amigos destes.

E nestes termos, Reis apresenta uma arqueologia bastante documentada não só do funcionamento das Irmandades (constituídas dos vários setores da população de Salvador), mas também, das ritualizações fúnebres que transformavam a morte em um verdadeiro espetáculo. Os relatos apontam as diferenças sociais no cortejo fúnebre, mas independente da condição social do morto, o que se buscava era assegurar um enterro com muita pompa, no caso dos pobres e escravos: “viver mal, mas morrer bem”, garantindo uma boa passagem para o “outro lado” e a retomada pelos vivos do desequilíbrio do cotidiano, restaurando a ruptura que a morte causava neste.

... o espetáculo fúnebre realmente distraía o participante da dor, ao mesmo tempo que chamava o espectador a participar da dor. Reunidos solidários para despachar o morto, os vivos, afirmando a continuidade da vida (p.138).

Para o autor, a destruição do Cemitério do Campo Santo, foi a expressão encontrada por parte da população refratária à medicalização da morte. Foi ainda a resistência a um discurso de um dado grupo que se considerava dotado de um papel civilizador dos costumes da época. O “saber médico” preocupado com uma sociedade asséptica, através de normas-termos-práticas, buscava ingerir-se no mundo dos vivos e dos mortos. Vendo o espaço sagrado do morto: o lugar da sepultura, o vetor de contaminação do ar através dos miasmas, propunha uma organização civilizada do espaço urbano que proporcionasse uma higienização da morte, transferindo os mortos do meio dos vivos, destinando-se a cemitérios extra-muros.

Para Reis, através da medicalização, buscava-se reeducar também os sentidos, como o olfato e a audição. O cheiro sinalizava a presença dos miasmas na atmosfera,

perigo a ser evitado e combatido; e o silêncio, como forma de contrapor aos funerais noturnos e ruidosos, com os dobres dos sinos e as emoções externadas.

Dessacralizando a morte, os médicos lutavam pelo status de civilizadores dos costumes, portanto, reivindicavam para si os cadáveres (ou a morte) enquanto objeto médico.

A despeito das resistências em amplos setores da sociedade, a medicalização da morte vai ganhando adeptos, inclusive junto ao clero. Uma discussão que não era recente já era mencionada por volta do século XVIII e na edição de uma série de leis que buscava regulamentar os sepultamentos.

A decisão da Assembléia Legislativa Provincial em 1835, refletindo a pressão dos cemiteristas e tendo em vista a inércia e resistência das Irmandades em construir cemitérios extramuros, concede e garante o monopólio a um grupo privado, a tarefa de construir e explorá-lo comercialmente.

Detalhando exaustivamente os debates e embates que se dão em torno das mudanças chamadas pelos higienistas, Reis esmiuça a proposta dos empresários do cemitério, as discussões na Assembléia Legislativa Provincial até a aprovação da mesma, com participação relevante por parte da Igreja. Estado e Igreja participaram de forma efetiva na elaboração, regulamentação e legislação da Lei Provincial. Mas constatar esta parceria, não significa, pela parte de Reis, considerá-la feita de forma monolítica na defesa da Lei Provincial, muito pelo contrário, desanuvia um campo de conflitos, onde identifica resistências no interior em ambas as partes desta parceria, seja em relação ao Cemitério, seja pelas condições em que foi feita sua concessão.

Vozes opostas ao cemitério do Campo Santo são refletidas em manifestos públicos, como os das Irmandades e o de caráter mais amplo - que embora trazendo os argumentos presentes nos manifestos das Irmandades, apresentava um caráter mais abrangente, por trazer uma série de petiçãoários de vários setores da população nem sempre ligados às Irmandades - o manifesto da Cemiterada divulgado em 19.10.1836.

Reis, ao levantar a condição social dos petiçãoários e os relatos que descreviam os participantes da "Cemiterada", revela que "o levante não foi levado a cabo apenas pelos destituídos. Além de envolver homens e mulheres, ele foi pluriclassista e multirracial. Dele participaram do visconde ao escravo, todos na defesa de uma visão tradicional da morte" (p. 330).

Descartando uma visão conspiratória da "Cemiterada", de que grupos movidos por interesse econômico estavam manipulando tal acontecimento, em que a cultura

religiosa secular foi mero verniz ideológico marcando as “verdadeiras intenções” desta rebelião,

as petições das irmandades colocavam o problema de outra maneira: o declínio material das confrarias, seguiria do declínio religioso. Economia ritual e material eram duas faces da mesma moeda (p.330).

Após o levante, segue-se uma devassa que não chegou a acusar ninguém. O Campo Santo foi incorporado pelo Poder Público e, em seguida, repassado para a Irmandade de Misericórdia em condições desfavoráveis.

No entanto, em 1855 - vinte anos após o levante - uma epidemia de cólera provocou o abandono de valores até então considerados sagrados e a ocupação mais efetiva do Campo Santo, o que leis e autoridades não haviam conseguido.

Mesmo enfrentando a escassez no Brasil de uma historiografia sobre ritos funerários, Reis apresenta um trabalho que vem somar e muito, na nossa produção ligada à História e Cultura. Traz questões quanto ao uso de conceitos como progresso ou evolução e apresenta os discursos culturais advindos das atitudes diante da morte como possibilidade de lê-los enquanto amálgamas de temporalidades distintas.